



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS MACAPÁ DO POLO DUCAMO-OIAPOQUE
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

ELIETE BARBOSA QUARESMA

**A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DENTRO DO ÂMBITO
ESCOLAR (PPP): análise do PPP da Escola Municipal de Ensino Fundamental II
Anete Farias da Silva no Município de Oiapoque-AP**

OIAPOQUE-AP

2021

ELIETE BARBOSA QUARESMA

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DENTRO DO ÂMBITO ESCOLAR (PPP): análise do PPP da Escola Municipal de Ensino Fundamental II Anete Farias da Silva no Município de Oiapoque-AP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá-IFAP, campus Macapá do Polo Dicano – Oiapoque, como requisito avaliativo para obtenção do título do Curso Superior de Licenciatura em Formação Pedagógica.

Orientador: Prof. Esp. José Cesar Farias Brito

Coorientadora: Prof^a Me Efigênia das Neves Barbosa Rodrigues

OIAPOQUE-AP

2021

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Q189i Quaresma, Eliete Barbosa
 A importância do Projeto Político Pedagógico dentro do âmbito escolar
 (PPP): análise do PPP da Escola Municipal de Ensino Fundamental II
 Anete Farias da Silva no Município de Oiapoque-AP / Eliete Barbosa
 Quaresma - Macapá, 2021.
 33 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Macapá, Curso de
Licenciatura em Formação Pedagógica (EaD) - Polo Oiapoque, 2021.

Orientador: Prof. Esp. José Cesar Farias Brito.
Coorientadora: Prof^a. Me. Efigênia das Neves Barbosa Rodrigues.

1. Projeto Político Pedagógico. 2. Escola. I. Brito, Prof. Esp. José Cesar
Farias, orient. II. Rodrigues, Prof^a. Me. Efigênia das Neves Barbosa,
coorient. III. Título.

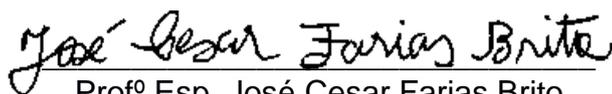
Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do IFAP
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ELIETE BARBOSA QUARESMA

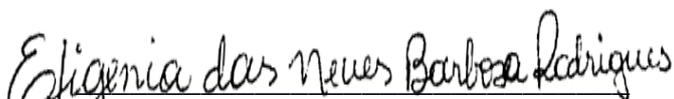
A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DENTRO DO ÂMBITO ESCOLAR (PPP): análise do PPP da Escola Municipal de Ensino Fundamental II Anete Farias da Silva no Município de Oiapoque-AP

Este Trabalho de Conclusão de Curso-TCC foi avaliado e aprovado em sua forma final no Curso de Licenciatura em Complementação Pedagógica em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Amapá-IFAP/Campus Avançado Oiapoque-AP.

BANCA EXAMINADORA



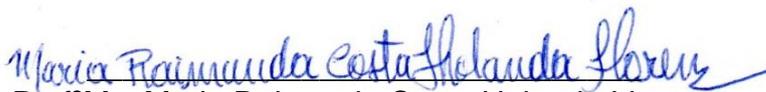
Profº Esp. José Cesar Farias Brito
Orientador



Profª Ms. Efigênia das Neves Barbosa Rodrigues
Coorientadora



Profª Esp. Maria Bernadete de Sousa Meneze
Membro da Banca



Profª Ms. Maria Raimunda Costa Holanda Llorens
Membro da Banca

Aprovação em: 21/Junho/2021

Nota: 10,00(dez) PTS

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por dar-me sabedoria e disponibilidade para este projeto.

A minha família, meus pais e meus filhos que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda minha trajetória.

Grata ao meu orientador professor José Cesar Farias Brito que colaborou com seu precioso tempo para adquirir conhecimento para o projeto.

As professoras Maria Bernadete Menezes e a professora Maria Holanda, pelo apoio no Campus EAD.

Aos colegas que estiveram sempre dedicados durante ao aprendizado do curso.

Aos professores do curso pela qualidade de ensino oferecido.

A Universidade Aberta do Pólo EAD Oiapoque, por ofertar o nosso curso desejado.

RESUMO

O projeto político-pedagógico (PPP) é um documento que define as diretrizes, metas e métodos para que a instituição de ensino consiga alcançar os objetivos a que se propõe. O PPP visa melhorar a capacidade de ensino da escola como uma entidade inserida em uma sociedade democrática e de interações políticas. Esse documento é o responsável por nortear a maneira como a escola planeja suas ações estratégicas e estabelece metas para desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, que fomenta o desenvolvimento de ações e estratégias pedagógicas. A metodologia da pesquisa se baseou na análise documental do PPP da Escola Municipal de Ensino Fundamental II Anete Farias da Silva, localizada no município de Oiapoque-AP e configura-se como investigação qualitativa. O principal objetivo desse artigo é analisar a importância do PPP para todo o corpo escolar, como um guia para as ações a serem desenvolvidas na escola.

Palavras-Chave: Formação Pedagógica. Docência. Bacharel. Tecnólogo. Ensino-Aprendizagem.

ABSTRACT

The political-pedagogical project (PPP) is a document that defines the guidelines, goals and methods for the educational institution to achieve the goals it proposes. The PPP aims to improve the teaching capacity of the school as an entity inserted in a democratic society and political interactions. This document is responsible for guiding the way the school plans its strategic actions and establishes goals for the development of the teaching and learning process, which encourages the development of pedagogical actions and strategies. The research methodology was based on the documental analysis of the PPP of the Municipal Elementary School II Anete Farias da Silva, located in the municipality of Oiapoque-AP and is configured as a qualitative investigation. The main objective of this article is to analyze the importance of the PPP for the entire school body, as a guide for actions to be developed at school.

Keywords: Pedagogical Training. Teaching. Bachelor. Technologist. teaching-learning.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	Problema de Pesquisa	9
1.2	Justificativa	9
1.3	Objetivos	10
1.3.1	Objetivo Geral.....	10
1.3.2	Objetivo Específicos.....	10
1.4	Procedimentos Metodológicos	10
2	REFERÊNCIAL TEÓRICO	11
2.1	A Implementação do Projeto Político e Pedagógico	11
2.2	A importância do PPP para o processo do ensino-aprendizagem	13
2.3	A autonomia escolar definida pelo PPP	14
3	DISCUSSÕES E ANÁLISE DE RESULTADOS	17
3.1	Discussões de Resultados	17
3.2	Análise realizada na Escola Campo sobre o PPP	19
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	26
	APÊNDICES	28
	APÊNDICE A - Questionário da Estrutura Escolar respondido pelo Coordenador	29
	APÊNDICE B - Questionário sobre o PPP respondido pela Diretora	32

1 INTRODUÇÃO

A consolidação da Educação Básica como direito de todos os cidadãos é um objetivo não somente do governo, mas de toda a sociedade brasileira. Além de garantir as condições de acesso e permanência do educando, é preciso construir um projeto político pedagógico comprometido com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população (MORAES; FELDAUS, 2017).

Guedes (2021) buscou em sua pesquisa identificar em que aspectos o Projeto Político-Pedagógico-PPP pode ser elemento estruturante do processo de democratização da escola. Objetivando compreender como o projeto político-pedagógico pode ser um instrumentalizador de práticas democráticas este se estudou constituiu a partir das seguintes questões: o que é o Projeto Político-Pedagógico? É importante a participação dos diferentes segmentos da escola nessa construção? Partimos do pressuposto de que o entendimento de que com este projeto, tendo inserido em suas metas intenções democráticas e permitindo-se a sua operacionalização, irá instituir dentro da escola hábitos e valores voltados para a vivência democrática.

O Projeto Político Pedagógico é um documento que tem elaboração anual obrigatória pela legislação, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96). Essa obrigatoriedade justifica-se pela possibilidade de que todos os membros envolvidos na comunidade escolar tenham acesso ao projeto, podendo dele participar e nele interferir sempre que necessário, a fim de que seja fruto de uma construção democrática, entre corpo escolar, alunos e comunidade.

Segundo Moraes e Feldaus (2017) o Projeto Político Pedagógico é uma conquista das escolas públicas, sendo um princípio constitucional, que abrange as dimensões administrativa, pedagógica e financeira. Sua construção requer a participação do coletivo, numa gestão democrática, comprometido com interesses e anseios da comunidade escolar.

Atualmente percebe-se a necessidade da escola ir além da formação cognitiva e intelectual dos estudantes, devendo proporcionar também uma formação social, atuando na construção de atores sociais, alicerçada na realidade e nos processos significativos de aprendizagem (VIÇOSA et al, 2017).

Viçosa et al (2017) a implantação do PPP deve contemplar, sobretudo, o Ensino fundamental II, pois esta etapa de aprendizagem favorece a utilização dos conhecimentos já adquiridos em novos contextos, em que ensino e aprendizado interagem e proporcionam ao aluno diferentes formas de pensar e aprender. Nesta etapa o educando não apenas conhece a realidade, mas atua sobre ela, intervindo em seu contexto, adquirindo e vivenciando valores éticos e desenvolvendo a cidadania através de questões pertinentes ao seu dia a dia, qualidades essas valorizadas e exigidas pelo mundo contemporâneo. Por esse motivo surgiu o interesse pelo tema pesquisado, sendo escolhida como campo de pesquisa a Escola Municipal de Ensino Fundamental II Anete Farias da Silva, localizada no município de Oiapoque, no estado do Amapá.

O principal objetivo desse artigo é analisar a importância do PPP para todo o corpo escolar, e enfatizá-lo como um guia para as ações a serem desenvolvidas na escola.

1.1 Problema de Pesquisa

A elaboração do projeto político-pedagógico é um processo complexo, contínuo e que requer muito empenho e compromisso em busca de sua efetivação.

Apesar de obrigatório, o projeto político-pedagógico costuma ser ignorado por muitos gestores, que não compreendem o seu alcance e, por isso, não dedicam a ele a devida importância. O problema da pesquisa foi de fato encontrar um PPP atualizado e que estivesse sendo realmente exercido. Por que algumas escolas ignoram a importância do PPP? Esse é um grande equívoco que tem como preço a diminuição ou a estagnação da educação oferecida por aquela escola.

1.2 Justificativa

A identidade da escola precisa estar demonstrada nesse documento, no qual devem constar, com clareza, os valores da instituição, a atual situação da escola e caminhos para melhorar o desenvolvimento escolar. Desse modo, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de expor a importância do PPP e de como o mesmo funciona como um guia para as ações a serem desenvolvidas na escola.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O principal objetivo desse artigo é analisar a importância do PPP para todo o corpo escolar, como um guia para as ações a serem desenvolvidas na escola.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Investigar de que forma o PPP causar um efeito benéfico no ambiente escolar
- Analisar o impacto que o PPP causa no espaço escolar; e
- Identificar a colaboração do PPP para alunos, colaboradores, família e de toda a comunidade escolar.

1.4 Procedimentos Metodológicos

Este artigo trata-se de um estudo de caso, possui caráter qualitativo e o processo metodológico teve como princípio a análise documental do PPP da escola supra citada. A partir disso, foram coletados dados por meio das seguintes fontes: Scielo, Google acadêmico, obras e artigos científicos publicados em revistas eletrônicas e sites confiáveis, pesquisados a partir das palavras-chaves, entre os anos de 2015 a 2021.

Figura 1 - Fachada da Escola Municipal de Ensino Fundamental II Anete Farias da Silva



Fonte: Produção do autor

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Implementação do Projeto Político Pedagógico nas Escolas

No Brasil, um dos principais marcos das políticas educacionais após o movimento de abertura política e de redemocratização do país foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB – Lei n.º 9.394/96), cujo princípio fundamental é o da gestão democrática da escola de educação básica. A partir dessa política a escola passou a ser responsável pela elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP), parâmetro fundamental para a sua gestão e organização. Com a LDB confirma-se a tendência de descentralização das políticas educacionais brasileiras, pois aponta para uma progressiva autonomia das escolas no que se refere aos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros (VOIGT, 2018).

O Projeto Político Pedagógico–PPP, principal documento direcionador da escola, tem como objetivo principal orientar o trabalho desenvolvido em todas as instâncias que nela estão inseridas ou associadas e envolve questões administrativas, pedagógicas e políticas. Sua principal finalidade é estabelecer vínculos estratégicos entre as circunstâncias atuais da escola e a realidade almejada por seus membros. Para isso o PPP deve estar em constante análise para favorecer as aberturas necessárias para os novos rumos daquele espaço educativo, ou seja, ele não deve ser simplesmente construído e arquivado, mas constantemente reavaliado e discutido (GUEDES, 2021).

No trabalho realizado por Sant’ana e Guzzo (2015), avaliaram o PPP de uma instituição no estado de Goiás, em termos gerais o documento destacava o compromisso da escola em oferecer uma educação de qualidade aos educandos, pautado na reflexão acerca das relações da escola com as políticas públicas, de uma gestão participativa e democrática e na perspectiva de uma educação emancipadora.

No P.P.P. da referida instituição foram apresentados quatro pressupostos norteadores, a saber: unicidade da teoria e da prática; ação consciente e organizada da escola; participação efetiva da comunidade escolar e reflexão coletiva; e articulação da escola, da família e da comunidade.

Na pesquisa dos autores supracitados, a dinâmica da construção do PPP ocorreu por meio de reuniões em grupo, das quais participavam, além da equipe de

gestão, os professores e os funcionários. A intenção era incluir a comunidade na construção do projeto, mas, apesar dos esforços, a escola não conseguiu favorecer a participação da comunidade na sua elaboração e implantação, segundo informações obtidas com a direção e alguns docentes. Neste documento estava exposta uma concepção de educação tendo em vista o favorecimento da autonomia e da participação e a busca de mudanças nas condições de vida das pessoas e da comunidade. Como condições essenciais para a concretização dessa proposta, foram apontados os seguintes aspectos: a necessidade da formação continuada de educadores, da discussão coletiva e da presença de características como engajamento, desejo e disponibilidade desses profissionais visando alcançar tais metas. Ademais, notava-se no documento a busca pela construção de uma gestão democrática para apoiar as ações dos educadores e contribuir para o alcance dos objetivos propostos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) estabelece que a escola tem como responsabilidade a elaboração e a execução da sua proposta pedagógica, respeitando as normas comuns e as do seu sistema educacional. Também determina que os docentes e profissionais da educação devem participar da elaboração do projeto pedagógico do estabelecimento de ensino, com a colaboração das comunidades escolar e local, por meio de conselhos escolares (Lei n. 9394, 1996) (SANT'ANA; GUZZO, 2016).

Em concordância a isso, Candido e Gentilini (2017) defendem que o PPP não deve ser apenas um documento que serve a propósitos burocráticos e ao final ficar engavetado, mas, sim, exercer um poder de direção sobre aqueles que fazem a escola em seu cotidiano. A escola, portanto, deve se reunir com frequência para repensar as ações do Projeto, atualizando as proposições de acordo com os acontecimentos e pensamentos daqueles que estão envolvidos, sendo essa, também, uma missão do Conselho Escolar. Diante disso, percebemos a importância do PPP e seu potencial em cada escola, fato que não pode ser considerado irrelevante, pois se trata de ações políticas e pedagógicas discutidas e planejadas pelo todo da escola. Assim, o currículo surge desses anseios e a Base Comum só poderá ser significativa e efetivamente colocada em prática se houver essa conciliação com os projetos escolares.

De acordo com Veiga (2013), o projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de

organização de trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina de mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia relações no interior da escola, diminuindo efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

O papel do planejamento escolar: enquanto instrumento metodológico de construção do projeto escolar, que privilegia mais o aspecto processual do que o produto; enquanto espaço privilegiado de participação dos professores na escola; e como expressão da autonomia da escola na fixação das suas finalidades, em relação ao aparelho burocrático de Estado (RUSSO, 2016).

Nessa ótica, Voigt (2018) afirma que o projeto da escola precisa estar atento às exigências do século XXI, mesmo que num movimento contra-hegemônico, buscando privilegiar a formação humana em detrimento à técnica; a escola não pode negar esse movimento. Neste artigo, partimos do pressuposto de que a escola é uma criação do homem e, assim, uma instituição social na qual se articulam interesses e se desarticulam outros. Nessas contradições é que ocorrem os movimentos de mudança. Na elaboração de um projeto para a escola, passamos a pensar sobre a sua função social, o seu papel, a sua organização, os seus atores, visando inseri-la num projeto mais amplo ou de transformação social. Torna-se fundamental, então, construir um PPP com a participação dos diversos segmentos que compõem a comunidade escolar.

2.2 A importância do PPP para o processo ensino-aprendizagem

O PPP pode ser considerado como uma maneira de planejamento que pretende estipular uma série de possibilidades de ações pedagógicas na escola. O que de acordo com Russo (2016) deve assumir o caráter de um fórum de discussão de todos os temas presentes no cotidiano da escola. Alguns desses temas são, em geral, considerados irrelevantes para merecer a atenção dos professores, posto que extrapolam o âmbito do espaço tradicionalmente tido como seu. A rigorosa separação de espaços reservados a cada segmento escolar é, aliás, uma decorrência da burocratização da escola e uma expressão da divisão do trabalho absorvida do modo de produção capitalista.

Viçosa et al (2017) destaca em sua pesquisa que:

a concepção do currículo escolar deve ser baseada em princípios que determinem e favoreçam as ações educativas, resultando em uma melhoria na aprendizagem, na inserção e socialização do aluno no contexto escolar (VIÇOSA et al, 2017).

Segundo Guedes et al (2017) a elaboração de um PPP é atividade complexa formada de várias etapas. No seu marco referencial, todos precisam responder às seguintes perguntas: que sujeitos queremos formar e para qual sociedade? Essas discussões são importantes para que a comunidade defina a educação que pretende construir. Deve-se debater, ainda, a concepção de ensino-aprendizagem que se aproxima do objetivo acordado. Em seguida, é necessário analisar a realidade escolar, definindo a distância entre a situação atual e o que se quer alcançar. Com base nessas análises, é possível delimitar princípios norteadores, objetivos e ações.

Portanto, segundo Candido e Gentilini (2017), o Projeto Político-Pedagógico deve ser construído de forma coletiva, envolvendo a comunidade e os representantes de todas as esferas envolvidas com o processo de ensino e aprendizagem. Assim, o PPP é um documento que caracteriza a identidade das escolas, dando um sentido para a instituição, um significado em relação ao local em que se situa, bem como dos grupos e indivíduos que o constituem.

2.3 A autonomia escolar definida pelo Projeto Político Pedagógico

A Escola é lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico baseado nos seus alunos. Nessa perspectiva, é fundamental que ela assuma suas responsabilidades, sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem iniciativa, mas que lhe deem as condições necessárias para levá-la adiante. Para tanto, é importante que se fortaleçam as relações entre a escola e o sistema de ensino (VEIGA, 2013).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação traz nos princípios, o da gestão democrática, entendendo a escola como um espaço de troca, de interação e vivência, portanto, uma instituição com uma identidade própria que legitima e ao mesmo tempo constroem valores, hábitos, modos de pensar e agir. Atribuindo-se, a ela, não apenas o ensino do saber socialmente construído, mas também, o ensino da cidadania objetivando a transformação social. A partir disso, a escola passa a ser

um campo de exercício das práticas democráticas, desenvolvendo espaços para a participação e estabelecendo ações planejadas para atender as necessidades da comunidade escolar e local (GUEDES, 2021).

A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isso significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva (VEIGA, 2013).

Para Guedes (2021) o desenvolvimento de uma escola não apenas voltada para o ensino de qualidade, mas também comprometida com a cidadania, o contexto político econômico da época e o início do entendimento de que a escola tem os seus objetivos voltados a um ensino de qualidade e que, ao mesmo tempo, desenvolve a cidadania constitui o novo foco das políticas educacionais do país. Portanto, considera-se a descentralização uma importante contribuição para a autonomia da escola quando possibilita que a liberdade de decisão esteja presente em todos os sujeitos que a constitui. Nesse sentido, descentralizar é uma questão relativa, pois, o Estado ao delegar parte de suas responsabilidades a essas instituições não poderá se eximir de suas obrigações enquanto ente instituído constitucionalmente do compromisso de subsidiar a educação pública que se situa dentro do âmbito serviço público.

Silva e Sampaio (2015) afirmam que a autonomia no processo de gestão e organização do trabalho é capaz de constituir de forma coletiva a reflexão crítica concernente às conexões entre teoria e prática pedagógica e a efetivação dessas discussões por meio da construção de alternativas materializadas na elaboração do projeto político-pedagógico da escola. A autonomia relaciona-se a essa capacidade de refletir e analisar a própria prática profissional visando à superação do enquadramento ideológico constituído pela estrutura de poder, bem como a construção de uma perspectiva emancipatória concernente à transformação política da realidade social.

De acordo com Guedes (2021), a construção do PPP é a formulação de uma identidade e a afirmação de uma cultura organizacional. E por se tratar de um documento firmado pelo coletivo, expressando uma intencionalidade que imprime em suas metas o compromisso com o futuro, objetivando o vínculo da escola com a transformação social. Tendo em vista sua complexidade e importância, o PPP deve ser instrumento de constante discussão no sentido de identificar as ações cumpridas

e a necessidade de rever metas tornando-o assim um documento em movimento construído no ambiente escolar constantemente avaliado.

Para Nascimento e Oliveira (2015) a autonomia da escola é um exercício de democratização de um espaço público que possibilita a escola atender, além das necessidades e especificidades locais, uma participação realmente efetiva da comunidade, nas decisões e ações a serem desenvolvidas na escola. A possibilidade fundamenta-se em um novo padrão de política, planejamento e gestão educacional, tanto do ponto de vista da escola como, principalmente, dos sistemas políticos educacionais.

3 DISCUSSÕES E ANÁLISE DE RESULTADOS

3.1 Discussões de Resultados

Entender como os professores se constitui como tal, como constrói sua identidade docente é importante para refletir sobre os caminhos da educação atualmente, em todos os níveis, visto que, ao analisar a atuação de um profissional, é importante aprofundar a pesquisa em sua subjetividade, em sua essência como pessoa e profissional.

Para se chegar a tal resultado uma professoracolaboradora e participante da pesquisa foi convidada a responder o seguinte questionário composto por 9 (nove) perguntas:

Quadro 1 - Questionário informativo

<p>1. Informe o seu nome completo (sem abreviações):</p>
<p>2. Qual é sua Idade? <input type="checkbox"/> 20 a 30anos <input type="checkbox"/> 30 a 40anos <input type="checkbox"/> 40 a 50anos <input type="checkbox"/> 50 ou mais</p>
<p>3. Grau de Formação? <input type="checkbox"/> Graduação <input type="checkbox"/> Pós-graduação <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado</p>
<p>4. Quanto Tempo Trabalha Na Educação? <input type="checkbox"/> menos de 1ano <input type="checkbox"/> 2 a 5anos <input type="checkbox"/> 6 a 10anos <input type="checkbox"/> 11anos ou+</p>
<p>5. Qual a importância do Projeto Político Pedagógico-PPP para a gestão democrática?</p>
<p>6. Quais as principais dificuldades enfrentadas durante a elaboração do PPP?</p>

<p>7. Quais os segmentos da escola que participaram na construção do PPP:</p> <p>- Gestor(a) e Pedagogo(a) SIM () NÃO ()</p> <p>- Comunidade escolar (pedagogo, serviço de apoio pedagógico e administrativo, professores, membros do Conselho Escolar, representantes). SIM () NÃO ()</p> <p>- Comunidade Local (representantes da comunidade) SIM () NÃO ()</p> <p>- Comunidade Escolar e Local SIM () NÃO ()</p> <p>Comentários:</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>8. Quais as principais ações da escola que foram incluída no PPP ?</p>
<p>9. É necessário uma reformulação do PPP de sua escola? SIM () NÃO ()</p> <p>Comentários:</p> <hr/> <hr/>

Fonte: Produção do autor

Após recebimento do questionário respondido, esse mesmo questionário com perguntas abertas e fechada foi comparado com a literatura encontrada. Através das

respostas obtidas tivemos um panorama da perspectiva dos alunos em questão a respeito de sua visão pessoal sobre a importância de uma instituição escolar adotar como métrica nos seus planejamentos toda uma logística referente a um plano que se constitui em um Projeto Político Pedagógico que é também conhecido como PPP.

3.2 Análise realizada na Escola Campo sobre o PPP

Figura 2 - Histórico da Escola Anete Farias da Silva

No dia 28 de agosto de 2019 a E.M.E. Fundamental II Anete Farias da Silva iniciou suas atividades de fato e de direito, com o Gestor Professor Nilton Welles Pinheiro dos Santos, Secretária Escolar Raimunda dos Santos Picanço e Coordenação Pedagógica Kamilla Gama Oliveira e Ricardo Santos de Lima. Seu quadro funcional está composto por: 38 professores, 02 pedagogos, 02 agentes administrativos, 06 serventes, 06 merendeiras e 584 discentes, além de 31 discentes no 1º de Cassiporé, em que a escola esta responsável, totalizando em 615 educandos, subdivididos nas seguintes modalidades: Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), nos turnos manhã e tarde; e EJA- (Educação de Jovens e Adultos) no turno da noite. Atualmente, ofertando 3ª e 4ª etapa; distribuídas em oito salas de aula que funcionam nos três turnos, totalizando 24 salas de aula.

A escola recebeu o nome em homenagem a Anete Farias da Silva, que nasceu no dia 31 de outubro de 1966, e foi funcionária da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Leopoldina Amaral Rodrigues, onde iniciou suas atividades em fevereiro de 2003, no quadro de apoio, prestando seus serviços a esta instituição por 10 anos e 11 meses, com dedicação, eficiência e bom relacionamento para com todos. Vindo a falecer no dia 10 de janeiro de 2014 no Município de Oiapoque deixando filhos e netos.

MISSÃO: Promover uma educação de qualidade, e garantir uma gestão democrática do ensino

Fonte: Autorizada e fornecida pela própria escola

O trabalho escolar precisa ser pensado de forma planejada e articulada e isso só é possível com um trabalho norteado por um instrumento construído coletivamente. O PPP é esse instrumento que possibilita a construção de uma formação alicerçada nos princípios da convivência, dos conflitos e da busca por

soluções. Assim como uma educação em direitos humanos permite a construção de um PPP participativo e vivenciado, um projeto político-pedagógico que retrate a realidade também pode ser avaliado como um plano pautado pela efetivação dos direitos humanos na escola (GUEDES et al, 2017).

Na figura 3 podemos ver a apresentação extraída do livro PPP da Escola Anete Farias da Silva.

Figura 3 - Apresentação da Escola Anete Farias da Silva

2. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento de suma importância para a organização da unidade escolar, analisando o andamento do trabalho educacional, diagnosticando possíveis problemas da escola e buscando soluções adequadas para superá-los. É relevante que haja como prerrogativa a liberdade de expressão de todos os envolvidos na construção do PPP, com igualdade de condições, gerando satisfação mútua e melhorias no ambiente trabalho.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental II Anete Farias da Silva, segue, além da exigência legal expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, a proposta da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Referencial Curricular Amapaense – RCA, priorizando a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, valorizando a identidade pessoal de professores, servidores, alunos, pais e outros.

O ponto de partida para a construção do Projeto Político Pedagógico da Escola de Ensino Fundamental II Anete Farias da Silva leva em conta a trajetória de sua comunidade escolar desde a desvinculação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Leopoldina Amaral Rodrigues, esta com sua história e cultura, anseios e necessidades, hoje independente, possuindo suas próprias características, demandas e anseios voltadas para os Anos finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – EJA, garantindo um percurso formativo de sucesso para os estudantes, assim como também cumprir seu compromisso com a sociedade.

Fonte: Autorizada e fornecida pela própria escola campo

A elaboração do PPP tem sua obrigatoriedade a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB – Lei n.º 9.394/96). O documento traz um projeto educacional no qual são entrelaçados projetos pessoais e sociais, atribuindo a cada escola uma identidade própria (VOITG, 2018).

O mesmo autor enfatiza ainda que o PPP é de suma importância, pois é projeto que move a escola deve ter um planejamento a longo prazo. Por ser uma ação política, contempla a visão de homem, de sociedade, os princípios éticos e filosóficos, os pressupostos metodológicos e a dimensão de sujeito que pretende formar. O PPP contempla também o currículo escolar, no qual se apresentam as áreas do conhecimento e suas abordagens teóricas e metodológicas, os princípios de avaliação da aprendizagem, a estrutura organizacional da escola e outros elementos.

Guedes et al (2017) enfatiza que as fases de elaboração, implementação e avaliação do PPP na perspectiva dos DH devem ter como base a mobilização da comunidade e a tomada de decisões conjunta. É necessário envolver todos para realizar o diagnóstico e definir os rumos da instituição, tomando como referência a realidade escolar. A definição do norte coletivo não é apenas institucional, mas precisa ser assumida pelos sujeitos que devem, para tanto, participar de todas as fases.

Nascimento e Oliveira (2015) defendem que para uma gestão democrática e com autonomia para atender as necessidades detectadas pelo coletivo escolar, devemos ser mais participativos e comprometidos com as ações e decisões globais da escola, para tanto instituiremos reuniões bimestrais com todos os segmentos escolares, com o objetivo de expor anseios, necessidades e avaliar a participação, colaboração de cada segmento no desenvolvimento do Projeto, e se for o caso, estar reelaborando ações que, de acordo com o grupo precisam ser modificadas. Deste modo estaremos promovendo uma avaliação contínua do processo de construção e/ou reconstrução do desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico e dos segmentos envolvidos na execução do mesmo.

Para adquirir o PPP da escola usada como instrumento de estudo dessa pesquisa foram várias as tentativas. Nas primeiras tentativas não ficou claro se a escola possui ou não o documento. Nas tentativas seguintes, a pesquisadora era informada que voltasse em outra data. Por fim, após um longo período o PPP foi disponibilizado. Um documento engavetado e sem uso na instituição.

Guedes et al (2017), aponta que tendo em vista que a escola é uma instituição social ativa e única como um espaço de troca, de interação, o PPP é um instrumento de planejamento capaz de indicar as intenções político-pedagógicas fundamentadas na realidade individual de cada escola, portanto, esse elemento trabalha diretamente com o exercício da gestão democrática. Isso significa que o Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta de planejamento própria desse tipo de gestão, pois nele estão inseridos seus princípios ao mesmo tempo em que se constitui elemento essencial para o planejamento participativo.

Lourenço e Silva (2015) apontam que a importância do PPP está no desenvolvimento de uma instituição de ensino que almeja uma educação eficiente e de qualidade. Ele é completo o suficiente, tornando-se uma rota flexível o bastante para se adaptar às necessidades dos alunos. Assim, a sua construção deve conter os temas como: missão, público-alvo, dados sobre a aprendizagem, relação com as famílias, recursos, diretrizes pedagógicas e plano de ação.

Diante disso, o PPP segue a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, cujo Art. 12 estabelece as seguintes normas de ensino:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;
- VIII – notificar ao conselho tutelar do município, ao juiz competente da comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

Figura 4 - Objetivos do Projeto Pedagógico escolar

7.1 OBJETIVO GERAL

Ofertar a comunidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental II Anete Farias da Silva com atividades que oportunizem o enriquecimento da aprendizagem: valorizando a cultura, enfatizando aspectos éticos, sócios ambientais e de cidadania, a serem desenvolvidos pelos educandos, em cada área de conhecimento, refletindo a heterogeneidade das demandas sociais.

7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Diagnosticar possíveis dificuldades de leitura, escrita e cálculo e Articular mecanismos e ações que envolvam a comunidade escolar no desenvolvimento de competências, habilidades e capacidades de aprender do estudante;
- ✓ Incentivar o estudante a conhecer, criticar, se expressar, criar e refletir sua importância como cidadão;
- ✓ Estimular a participação, colaboração, reflexão e trocas de vivências entre a comunidade escolar;
- ✓ Assegurar aos alunos o atendimento individualizado de acordo com suas dificuldades e/ou necessidades, mediante o atendimento especializado, a sala de recursos e a equipe competente da instituição de ensino escolar.
- ✓ Propor participação integral de todos os alunos nos projetos instituídos pela escola;
- ✓ Valorizar as peculiaridades dos alunos, sem distinção de cor, sexo, crença ou classe social;
- ✓ Promover a participação dos pais na escola através de palestras e reuniões;
- ✓ Estimular a participação de professores e funcionários na formação continuada (cursos, seminários, palestras, etc.) durante o ano letivo.
- ✓ Zelar pela transparência da gestão, realizando sempre que possíveis reuniões e encontros entre os membros da comunidade escolar.
- ✓ Elevar o do Índice de Desempenho da Educação (IDEB) da Unidade Escolar;
- ✓ Reduzir os índices de reprovação escolar através de métodos voltados a dificuldade de cada aluno;
- ✓ Avaliar bimestralmente o processo de ensino e aprendizagem dentro da instituição escolar, através do PAEB- Processo Avaliativo Escolar Bimestral;

Fonte: Autorizada e fornecida pela própria escola

Na figura acima podemos ter acesso aos objetivos gerais e específicos do PPP da Escola. Guedes et al (2017), afirma que a construção do PPP é complexa,

pois a instituição escolar está inserida em um contexto social e cultural diverso e rico em identidades. O desafio está em administrar essa diversidade e construir identidade e cultura próprias que unam e orientem as relações dos sujeitos. A multiplicidade, tanto de identidades quanto de ideias, fortalece a proposta de uma educação que respeite os DH. Logo, valorizar as diferenças é, sem dúvida, fundamental para que o PPP se torne aprendizado do exercício de cidadania.

Nessa perspectiva vale ressaltar que o projeto político-pedagógico não deve ser construído sem uma gestão participativa para que não o torne elemento meramente burocrático, e fechado em si mesmo. Isso porque a gestão democrático-participativa assume condição de peça-chave para dar sentido e criar ações baseadas nos objetivos discutidos com a comunidade escolar e local, e que serão responsáveis pela operacionalização do PPP (GUEDES, 2021).

Para Lourenço e Silva (2015) apesar de o PPP ser um instrumento burocrático, caracteriza-se também por ser democrático, por definir a identidade da escola e indicar caminhos para ensinar com qualidade. Por esse motivo o PP também norteia a função social da escola dentro da sociedade, incluindo professores, pais e alunos.

Figura 5 - Função Social da Escola Anete Farias da Silva

A educação é uma atividade humana necessária ao exercício da cidadania. Ressaltando que sua prática requer a participação de todos os grupos sociais que fazem parte ativamente da vida do indivíduo, sendo eles a família, a escola, entre outros. Além disso, se percebe que a atuação desse cidadão como agente ativo de uma sociedade em constante transformação, requer o auxílio e orientação dos demais atores, permitindo que estes estejam aptos a interferirem positivamente no meio em que vivem.

O processo educativo esta em constante mutação sem perder a essência, visando as mais variadas formas de que o educando como um ser em construção intelectual possa se desenvolver adequadamente como pessoa sedenta de saber, aguçando as capacidades e habilidades cognitivas, afetivas e psicomotoras através do domínio dos conhecimentos sistematizados e a preparação para a participação na vida social.

A função social está diretamente vinculada ao processo educativo de apropriação dos conhecimentos sistematizados e a formação individual e coletiva dos alunos permitindo uma visão mais adequada do mundo em que vive.

Fonte: Autorizada e fornecida pela própria escola

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa foi evidenciada a importância do Projeto Político-Pedagógico na caracterização e identidade das escolas, não podendo esse projeto ser descartado na escolha curricular, pois ele traz interesses da comunidade e dos estudantes, além de dar a escola autonomia necessária para elaborar e executar um plano de medidas a serem adotadas.

Pela pesquisa foi possível constatar que a escola possui sim um PPP, no entanto, o mesmo encontra-se desatualizado e não corresponde ao perfil atual da instituição. Isso nos leva a compreensão de que a escola não se baseia no projeto político-pedagógico para a realização de suas atividades pedagógicas. Além disso, foram realizadas visitas na escola por várias vezes e até o PPP ser realmente disponibilizado. Os funcionários da Escola inicialmente não sabiam da existência de tal documento na instituição.

A falta de um PPP atualizado pode gerar várias falhas no ensino, pois este é um instrumento que precisa estar sempre passando por revisões e atualizações, no sentido de se adequar a realidade da escola.

Portanto, foi possível constatar que a escola não utiliza o PPP como documento norteador de sua prática pedagógica, evidenciando que o documento não se trata apenas de um documento esquecido e pouco valorizado. É importante que todos os docentes sigam o projeto pedagógico em sua totalidade, em todos os momentos de sua atuação na escola, para que assim se alcançassem os objetivos planejados no mesmo.

Através da presente pesquisa não foi possível confirmar nesta escola, a existência de práticas democráticas vinculadas à efetiva construção e operacionalização do PPP. O PPP trata-se de um documento engavetado e não utilizado no dia a dia da escola.

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, R. K; GENTILINI, J. A. **Base curricular nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-Pedagógico.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 33, n. 2, p. 323 - 336, set. 2017. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/70269>>. Acessado em: 26 de abril de 2021;

GUEDES, N. C. **A importância do projeto político-pedagógico no processo de democratização da escola.** Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-9, 2021. ISSN: 2675-9174. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4815/3933>. Acessado em 15 de abril de 2021;

GUEDES, J. V. et. al. **Projeto político-pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos: um ensaio teórico.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos [online]. 2017, v. 98, n. 250, pp. 580-595. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/Vnb6QkC3m7fSsxV6CDqjpcw/?lang=pt#>. Acessado em: 20 de maio de 2021;

LOURENÇO, L. S.; SILVA, D. A. **A importância do projeto político-pedagógico para a organização escolar.** Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/15/3/a-importancia-do-projeto-politico-pedaggico-para-a-organizacao-escolar#:~:text=Apesar%20de%20o%20PPP%20ser,caminhos%20para%20ensinar%20com%20qualidade.&text=Sua%20import%C3%A2ncia%20est%C3%A1%20no%20desenvolvimento,educa%C3%A7%C3%A3o%20eficiente%20e%20de%20qualidade>. Acessado em: 20 de maio de 2021;

MORAES, R. M.; FELDAUS, A.C. **Projeto político pedagógico.** Colégio Estadual Novo Horizonte Ensino Fundamental e Ensino Médio. Toledo- Paraná. Disponível em: http://www.toonovohorizonte.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/27/2790/2270/arquivos/File/PPP_2017_oficialpropostatrimestralimpressoenviadoaoNRE-1.pdf. Acessado em 10 de abril de 2021;

NASCIMENTO, Z. B. V.; OLIVEIRA, R. A. **Projeto político pedagógico: proposta pedagógica curricular.** COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO NARCIZO MENDES – EFM MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO IVAÍ – PARANÁ. JUNHO, 2015. Disponível em: <http://www.snvnarcizomendes.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/20/2390/355/arquivos/File/PPP2015.pdf>. Acessado em: 20 de maio de 2021;

RUSSO, M. H. **Planejamento e burocracia na prática escolar: sentidos que assumem na escola pública.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 193-210, jun. 2016. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/62356>>. Acessado em: 30 de abril de 2021;

SANT'ANA, I. M.; GUZZO, R. S. L. **Psicologia escolar e projeto político-pedagógico**: Análise de uma experiência. *Psicol. Soc.* Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 194-204, Apr. 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000100194&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 26 de abril de 2021;

SILVA, L. G. A.; SAMPAIO, C. L. **Trabalho e autonomia do coordenador pedagógico no contexto das políticas públicas educacionais implementadas no Estado de Goiás**. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro. v. 23, n. 89, p. 964-983, Dec. 2015. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362015000400964&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 26 de abril de 2021;

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**: Uma construção possível. Papyrus Editora, 10 de dez. de 2013. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=dneADwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=projeto+pedag%C3%B3gico+escolar&ots=MDzeAXfrgD&sig=lpwCjwhoxHTTAsNb2yNw9UleBQM#v=onepage&q=projeto%20pedag%C3%B3gico%20escolar&f=false>. Acessado em 10 de abril de 2021;

VEIGA, I. P. A. **Quem sabe faz a hora de construir o projeto político-pedagógico**. Papyrus Editora, 9 de nov. de 2016. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=kHiADwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=projeto+pedag%C3%B3gico+escolar&ots=Epoq_E2qlx&sig=VNjbo9fwUC0HB821B727ayXRmGI#v=onepage&q=projeto%20pedag%C3%B3gico%20escolar&f=false. Acessado em: 19 de abril de 2021;

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. **As Dimensões do projeto político-pedagógico**: Novos desafios para a escola. Papyrus Editora, 18 de set. de 2013. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=fHeADwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=projeto+pedag%C3%B3gico+escolar&ots=AIWLvF2iME&sig=OrchwJ53XSbkq1MUFWlmoOraxvc#v=onepage&q=projeto%20pedag%C3%B3gico%20escolar&f=false>. Acessado em 12 de abril de 2021;

VIÇOSA, C. S. C. L.; SOARES, E. L.; PESSANO, E. F. C.; FOLMER, V.

Diagnóstico no projeto político pedagógico sobre a transversalidade e interdisciplinaridade no ensino fundamental. Volume 8, N.3 –

SETEMBRO/DEZEMBRO 2017. Disponível em:

<https://revistascientificas.ifrj.edu.br/revista/index.php/reci/article/view/646/534#>. Acessado em: 15 de abril de 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário da Estrutura Escolar respondido pelo Coordenador

APÊNDICE A: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO SOCIO-CULTURAL DA ESCOLA CAMPO

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma Pós-Graduação em Informática na Educação, realizado pela Instituto Federal do Amapá-IFAP (Campus Macapá). Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (elaboração de um Artigo), restando claro que as respostas dos participantes representam apenas a sua opinião individual. O questionário será somente para uma análise de tabulação gráfica. Contudo, não existem respostas certas ou erradas. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões.

Obrigado pela sua colaboração.

ESCOLA: Escola Municipal Unete Farias da Silva

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB

ANO/ MÉDIA: _____

ANO/ MÉDIA: _____

PROVINHA BRASIL: _____

1. ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO POR TURNO - 2013

1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

MATUTINO

() 4 ANOS

() 5 ANOS

VESPERTINO

() 4 ANOS

() 5 ANOS

1.2 ENSINO FUNDAMENTAL

MATUTINO

() 1º ao 4º ANO

() 5º ao 9º ANO

VESPERTINO

() 1º ao 4º ANO

() 5º ao 9º ANO

NOTURNO

() 5º ao 9º ANO

() EJA

2. MATRÍCULA POR ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO POR TURNO-2021

NÍVEL DE ENSINO	MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO	TOTAL
EDUCAÇÃO INFANTIL				
ENSINO FUNDAMENTAL II	172	171		
EJA			99	
TOTAL GERAL				

3. NÚMERO DE PROFESSORES POR ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO

EDUCAÇÃO INFANTIL _____
 ENSINO FUNDAMENTAL II _____
 EJA _____
 TOTAL _____

4. FORMAÇÃO DOS DOCENTES

NÍVEL DE ENSINO	SUPERIOR INCOMPLETO	LICENCIATURA	PÓS-GRADUAÇÃO	
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO
EDUCAÇÃO INFANTIL				
ENSINO FUNDAMENTAL II		09	05	
EJA		04	08	

5. NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA/ FORMAÇÃO

GESTOR(A)
 FORMAÇÃO
 PEDAGOGO(A)

01
 Gestor de nível superior e pós graduada em
01 mestrado em nível de ensino de Anísio

FORMAÇÃO Pede soma
 APOIO PEDAGÓGICO Sim
 FORMAÇÃO Pede soma
 APOIO ADMINISTRATIVO Sim (03)
 FORMAÇÃO Tec em documentação
 PROFESSORES 28
 OUTROS (ESPECIFICAR) _____

6. CONSELHO ESCOLAR:

() SIM

(x) NÃO

COMENTÁRIO:

Por a escola ter se desmembrado recentemente a formação do Conselho Escolar ainda está em andamento

DOCUMENTOS:

REGIMENTO ESCOLAR () SIM () NÃO
 PROPOSTA CURRICULAR (x) SIM () NÃO
 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (x) SIM () NÃO
 ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS (x) SIM () NÃO
 OUTROS _____

7. PROJETOS EM ANDAMENTO NA ESCOLA - 2021

Família e Escola de mãos dadas em tempo de pandemia, desmembrando a pedagogia.

Quaque - Ap. 24/05/2021
Local e Data

Agnes Almeida Vinhal
Assinatura do(a) coordenador(a) voluntário(a)/(ou responsável)
CPF nº 023.949.472-50

APÊNDICE B - Questionário sobre o PPP respondido pela Diretora

APÊNDICE **B** : INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO DO GESTOR(A)

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma Pós-Graduação em Informática na Educação, realizado pela Instituto Federal do Amapá-IFAP (Campus Macapá). Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (elaboração de um Artigo), restando claro que as respostas dos participantes representam apenas a sua opinião individual. O questionário será somente para uma análise de tabulação gráfica. Contudo, não existem respostas certas ou erradas. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões.

Obrigado pela sua colaboração.

1) Nome: Jeniffer Alexandra dos Santos

2) Idade:
 20 a 30anos 30 a 40anos 40 a 50anos 50 ou mais

3) Grau de Formação?
 Graduação Pós-graduação Mestrado Doutorado

4) Quanto Tempo Trabalha Na Educação?
 menos de 1ano 2 a 5anos 6 a 10anos 11anos ou

5) Qual a importância do Projeto Político Pedagógico – PPP para a gestão democrática?

*É através do PPP que vamos manter todos os
aspectos da escola, juntos com Regimento interno.*

6) Quais as principais dificuldades enfrentadas durante a elaboração do PPP?

*Quando creamos o regimento interno e o PPP, tivemos
a colaboração de todos da escola, desde os espaços
até os professores, não tivemos dificuldades pois todos partici-
param para que fosse possível a criação do mesmo.*

7) Quais os segmentos da escola que participaram na construção do PPP:

- Gestor(a) e Pedagogo(a)
SIM (X) NÃO ()

- Comunidade escolar (pedagogo, serviço de apoio pedagógico e administrativo, professores, membros do Conselho Escolar, representantes).
SIM (X) NÃO ()

- Comunidade Local (representantes da comunidade)
SIM (X) NÃO ()

- Comunidade Escolar e Local
SIM () NÃO ()

Comentários:

8) Quais as principais ações da escola que foram incluída no PPP ?

Discussão: Novas metodologias nos planejamentos, Apoio: Aos projetos pessoais dos docentes.

9) É necessário uma reformulação do PPP de sua escola?

SIM (X) NÃO ()

Comentários:

É normal que a cada início do ano letivo, durante a semana pedagógica, seja feita todas as alterações que forem necessárias.

Quipaque, 24 de maio de 2021

Local e Data


Assinado(a) pelo(a) coordenador(a) voluntário(a)/(ou responsável)

CPF nº: *000.000.000-00*